



# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



## Orçamento paralelo

O cumprimento das despesas previstas no Orçamento deste ano tem outros obstáculos, ainda que Bolsonaro opte pela sanção. É que os Restos a Pagar (RAP) de anos anteriores somam R\$ 227 bilhões, 25% a mais do que em 2020. Será mais uma despesa a “competir” com o financeiro para as obras deste ano.

## Pior que praga

Há alguns anos, os técnicos tratavam de cancelar os RAP, mas, de 2018 para cá, essa despesa só aumenta. Em emendas parlamentares, por exemplo, são R\$ 12,7 bilhões inscritos na rubrica pendentes de liberação. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, algumas aguardam liberação desde 2017.

## Efeito colateral

Com a popularidade em baixa, o presidente vem perdendo substância também nas redes sociais. Os monitoramentos feitos por aliados indicam que, daqui para frente, é bom prestar atenção. E buscar um plano alternativo à avalanche de votos que Bolsonaro angariou por essa via, em 2018.

# Bolsonaro errou ao bater de frente com o STF. E governo foi avisado

Deputados e senadores já avisaram ao governo que o presidente Jair Bolsonaro errou ao bater de frente com o Supremo Tribunal Federal por causa da CPI da Covid, perdendo, assim, um tempo precioso para organizar o jogo no Senado. A capacidade de articulação da base aliada está reduzida. No MDB, detentor da maior bancada e com dois líderes do governo, um dos maiores caciques, Renan Calheiros (AL), chama Bolsonaro de “charlatão” no horário nobre para quem quiser ouvir. O PSD tomou distância regulamentar do governo. O Podemos tem outros planos.

Há quem diga nos bastidores que a situação, que já não é das melhores, ficará pior se Bolsonaro insistir em colocar o filho, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), para definir a estratégia anti-CPI.



## CURTIDAS

**Agora é tarde.../** A ausência de um gesto de solidariedade à família, ou mesmo uma nota de pesar pela morte do senador Major Olímpio (PSL-SP), é citada até hoje como uma razão para que os senadores evitem se desgastar a fim de ajudar o governo.

**...E não tem mais volta/** Já está disseminada por ali a imagem de que, se o presidente não teve qualquer gesto diante da morte de um aliado leal, não o terá com aqueles que, agora, procura para tentar acabar com a CPI.

**Coleção só aumenta/** O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ganhou mais alguns martelos para decoração da sua sala. Esses aí foram flagrados pela coluna há alguns meses.

Evaristo Sá/AFP



**Aliadas/** A primeira-dama Michelle Bolsonaro foi a primeira pessoa a parabenizar a chegada de “uma mulher de Brasília” ao primeiro escalão do governo. Ela e a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, são filhas do Distrito Federal e conhecem a realidade local.

Presidente da Corte, Luiz Fux agenda análise da decisão do ministro Luís Roberto Barroso sobre a instalação da comissão que vai apurar, no Senado, ações e omissões do governo federal durante a pandemia da covid-19. Decisão é esperada pelos parlamentares

# STF decide 4ª feira sobre CPI

» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, marcou para a próxima quarta-feira o julgamento no plenário da decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, que determinou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), instale a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar ações e omissões do governo federal durante a pandemia de covid-19. A decisão do colegiado é aguardada pelos senadores para que os trabalhos avancem com mais segurança.

A comissão ainda não foi instalada no Senado. O governo e seus aliados tentam impedi-la e fazer com que parlamentares retirem as assinaturas — são necessárias 27 para que a CPI seja formalizada e, até agora, já foram obtidas 32. No entanto, mesmo contando com o número necessário, o presidente do Senado não determinou o início dos trabalhos. Diante da demora, parlamentares recorreram ao Supremo e obtiveram a decisão pela instalação.

Barroso determinou a formalização, destacando que a Constituição não prevê aval do presidente da Casa para que as diligências sejam iniciadas, mas apenas os apoios necessários, delimitação de tempo de duração e assunto a ser investigado. A decisão do ministro foi tomada após ouvir todos os demais magistrados da Corte, o que reforça a tendência para que os pares aprove, na próxima quarta, a decisão que autorizou a criação da CPI.

Nos bastidores, o governo corre contra o tempo para oferecer verbas e cargos para tentar impedir o andamento da comissão. Parlamentares confessaram, em conversas reservadas com o **Correio**, que foram procurados por apoiadores do Executivo. Alguns disseram não ter a intenção de retirar o nome do requerimento, mas não descartam essa possibilidade. Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), um dos que ingressaram com o pedido de liminar no Supremo, as ações revelam um temor pelo avanço das investigações. “Não é o primeiro governo que faz isso. Governos, tradicionalmente, não gostam de ser investigados”, disse.

O parlamentar também destacou que o caso foi levado ao Supremo para garantir o cumprimento de regras constitucionais.

“O presidente da Casa não estava cumprindo a sua função. Ele usava o argumento de que não existe no ordenamento jurídico, que é o de conveniência. Por isso, como qualquer um que se sente prejudicado, procuramos o Judiciário”, explicou.

O senador Reguffe (Podemos-DF) destacou que apurar os fatos é importante, mas defendeu que as investigações incluam estados e municípios. “Tem que investigar a todos. A União, mas também a aplicação dos recursos federais pelos estados, municípios e Distrito Federal”, destacou.

Em entrevista à Rede Globo, o presidente Rodrigo Pacheco disse que vai ler em plenário, na terça-feira, o requerimento para criação da CPI — o primeiro passo para a instalação da Comissão.



Determinação de Fux visa fazer com que a decisão liminar de Barroso torne-se uma posição da Corte

## Moraes: Supremo respeita e exige respeito

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que a decisão individual do colega de Corte Luís Roberto Barroso, que mandou o Senado Federal abrir a CPI da covid-19 para investigar a gestão da pandemia pelo governo federal, foi tomada por “obrigação”. E classificou a reação do presidente Jair Bolsonaro como “lamentável”.

“É lamentável a forma e o conteúdo das ofensas pessoais que foram dirigidas ao ministro Luís Roberto Barroso. É um conteúdo falso, absolutamente equivocado, mas a forma também, a forma grosseira, a forma descabida de relacionamento entre os Poderes.

Quem quer respeito deve respeitar também. O Supremo Tribunal Federal respeita o Poder Executivo, respeita o Poder Legislativo e exige respeito de ambos”, criticou Moraes, em transmissão ao vivo promovida pelo grupo Prerrogativas para discutir o papel do tribunal na defesa da democracia.

Ele também repreendeu os ataques ao colega, dirigidos por apoiadores do governo e pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, que acusou Barroso de fazer “militância política” e “política-falso”. “Decisões judiciais nós podemos discordar, criticar acadamente, recorrer. Agora, uma decisão judicial fundamentada, pública, transparente, não cria o direito de ninguém ofender da forma que se ofendeu o ministro Luís Roberto Barroso. Lamentáveis as agressões, que acabaram se multiplicando por fanáticos milicianos digitais”, salientou.

**É lamentável a forma e o conteúdo das ofensas pessoais que foram dirigidas ao ministro Luís Roberto Barroso. Quem quer respeito deve respeitar também. O Supremo Tribunal Federal respeita o Poder Executivo, respeita o Poder Legislativo e exige respeito de ambos”**

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal

analisa a concessão ou não da liminar”, afirmou.

Enquanto Barroso tem evitado dar declarações públicas sobre o assunto, o STF divulgou, na última sexta-feira, uma nota para defender a legalidade da decisão. Moraes disse que todos os integrantes da Corte foram consultados sobre o texto e sublinhou que as relações harmônicas entre os Poderes exigem respeito.

“Nós podemos concordar ou discordar da decisão, mas é assim que funciona o mecanismo judiciário. Não foi o ministro Luís Roberto Barroso que acordou de manhã e disse: estou com vontade de instalar uma CPI”, observou.